



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGE



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

TRABALHO NA CANA: PRECARIZAÇÃO E SUBSERVIÊNCIA

Shiziele de Oliveira Shimada

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Bolsista CAPES.

Universidade Federal de Sergipe.

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT

E-mail: shiziele@bol.com.br

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e professora NPGE/UFS.

Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT

E-mail: aluz@oi.com.br

O controle do capital no sistema de reprodução social sustenta-se pelo processo de expansão e de contradições, que tem nas “personificações do capital” impostas sobre o agente social da produção – o trabalho, este é quem controla a produção para assegurar o controle do sistema do capital. O capital se transforma no mais dinâmico e mais competente extrator do trabalho excedente em toda a história, em que a noção da escravidão e da servidão absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é internalizada pelos sujeitos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002).

O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital, em que, para manter à lógica do lucro, há a destruição da classe trabalhadora que é afetada pelo desemprego estrutural, formando o trabalho precarizado, ou mesmo dizer o trabalho escravo. No território do agronegócio açucareiro esta situação está presente através da privatização das propriedades agroindustriais, da ação reguladora do Estado de maneira indireta, da má-remuneração do trabalho, do desemprego e da crescente precarização do trabalho. A exploração dos trabalhadores pelo capital se expande pelo agronegócio no Brasil, em particular o agronegócio canavieiro intensificando a relação capital-trabalho.

Nossa Tese objetiva analisar a situação dos trabalhadores da cana-de-açúcar que participam do sistema agrícola do agronegócio na condição determinada pelo capital, este se

territorializa extraindo o mais valor dos trabalhadores, os quais ficam na subalternidade, sem possuir poder para impor outro modelo. Ou seja, a própria condição do capitalismo mascarado pelo agronegócio é a de manter a sua hegemonia no sistema agrícola intensificando a exploração da terra e do trabalhador, destacando as formas de resistência e subalternidade para manter-se nesse espaço contraditório.

Nossas pesquisas estão apoiadas no estudo da totalidade das relações que compreendem as diferentes escalas do sistema do capital no seu ciclo de produção, distribuição, circulação e consumo desde a escala local a mundial e neste bojo a sua análise está inscrita no ciclo da crise estrutural do capital.

Até o momento o avanço da nossa análise tem permitido concluir que, a geração de emprego direto e indireto se constitui numa falácia estabelecida pelos donos do poder para propagandear a importância e o crescimento econômico realizado pelo agronegócio no Brasil, na prática o que se têm são baixas remunerações além da superexploração dos trabalhadores do corte da cana.

O trabalhador do corte de cana-de-açúcar recebe por produção, conforme o valor da tonelada da cana crua ou da cana queimada. A cana crua tem um valor maior devido o corte ser mais difícil. Para o cortador; é bom porque ganha mais, no entanto ele está em perigo constante por ter no canavial bichos peçonhentos e cobras que atacam o trabalhador ocasionando problemas gravíssimos. O corte da cana crua é necessário para fazer a limpeza das moendas e caldeiras da usina, para depois moer as canas queimadas. Sendo assim os cortadores não tem opção de escolha se cortam cana queimada ou crua, eles trabalham onde o chefe mandar.

Os canaviais costumam ser queimados de madrugada para poder ser feito o corte da cana pela manhã, isso facilita o trabalho, pois o fogo queima a palha da cana restando apenas as varas que serão golpeadas pelo cortador com o falcão. No entanto as varas possuem fuligem, o pó se espalha, entra pelo nariz e gruda na pele ocasionando graves problemas respiratórios.

A produtividade dos cortadores é maior em lavouras submetidas à queima, devido o fogo preservar as varas, ficando o corte manual mais simples e menos perigoso. Depois que o fogo se apaga, à medida que os trabalhadores cortam e retiram a cana é possível observar animais como aves, pequenos roedores, cobras e outros animais peçonhentos que a queimada dizimou.

A produção da cana tem o seu preço estabelecido pela tonelada colhida, assim o tipo da cana é que estabelecerá as cifras que os mesmos irão ganhar como lucro. Já na relação com

o cortador, este recebe de acordo com as varas, ou seja, é aferido pela distância no canavial, em que mudará de acordo com o tipo da cana. Nessa lógica o cortador irá receber no “olhômetro” que o chefe indica, pois os carros quando chegam na usina serão pesados, mas os cortadores não estão lá para saber se o cálculo estipulado no canavial foi coerente ou não. No consenso, o domínio é que quem sempre leva a vantagem são os latifundiários/usineiros, então os cortadores receberão o ganho estimado por estes, sem poderem reclamar. Se for contra o chefe, este dá suspensão ou é expulso da empresa, recebendo baixa na carteira, levando o cortador a ir mais cedo para casa sem a condição de emprego à vista até a próxima safra.

Na relação de ganho por produção, os cortadores são obrigados a fazerem o impossível para receber o salário, pois os próprios fazendeiros mostram a aceleração da máquina no campo, em que o cortador terá que competir com a colheitadeira, e assim levar o crescimento do desemprego estrutural.

O trabalho superexplorado do cortador de cana para o pequeno aumento de renda familiar significa desgaste cada vez maior no corte da cana. Para obter números altíssimos na produção faz-se necessário o consumo de drogas e bebidas alcoólicas para a superação dos limites físicos de um ser humano, e tentar assim ocasionar o “esquecimento” da exaustão presente no trabalho forçado.

Sobre esse assunto destaca-se a Análise Ergonômica do Trabalho (A.E.T.)¹ que tem como objetivo a garantia da saúde e do bem-estar dos trabalhadores, para isso deve-se identificar situações que levem a melhoraria ou amenizar as condições de trabalho, otimizando a produção, satisfazendo o trabalhador, melhorando o conforto oferecido e o desempenho das pessoas em seu trabalho. Ressalta-se que a Norma Brasileira de Ergonomia (NR-17 da Portaria 3214/78 – Ministério do Trabalho e Emprego) não admite o pagamento por produção quando existem riscos à saúde dos trabalhadores, uma vez que este tipo de pagamento induz o trabalhador a ultrapassar os limites fisiológicos em busca de um rendimento financeiro extra.

Maria Aparecida Moraes Silva (2007) mostra que a consequência disso não pode ser outra senão a degradação física, ou seja, devido à ação repetitiva e ao esforço físico, os cortadores de cana começam a ter problemas nos pés, na coluna, câimbras, e tendinite, provocando a dilapidação dos trabalhadores. Portanto, o tempo de vida útil dos cortadores está em relação inversa à intensidade do trabalho, ou melhor, enquanto a vida útil dos cortadores

¹Retirado do Site <www.efdeportes.com/efd111/desgaste-fisiologico-dos-cortadores-de-cana-de-acucar.htm> acesso em 15/01/2010.

de cana tem diminuído nas últimas décadas, a quantidade diária de cana cortada por cada trabalhador, ao contrário, tem aumentado permanentemente.

A mobilidade dos jovens trabalhadores é intensa nessa atividade. Conforme Conceição (2007) na condição de sujeitos assujeitados ao capital, os jovens aceitam qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário submetendo-se à irracionalidade do capital e à lógica do mercado; pois na medida em que estão à margem do processo produtivo, aumenta o estranhamento entre o sujeito que trabalha e o produto de seu trabalho, permanecendo andarilhos no curto tempo cíclico do capital. Esta situação é marcadamente viva na condição dos trabalhadores do corte de cana.

Nessa condição os trabalhadores ficam reféns do período da safra e da lógica perversa do capital, pois no mascaramento das propagandas governamentais que mostram o crescimento do número de emprego e de índices cada vez maiores de trabalho com carteira assinada, sem mostrar que na prática são trabalhos temporários e precarizados. A condição do tempo-espaço é análoga na relação do capitalista e do trabalhador, prevalecendo o tempo do capital que está inserido no lucro crescente das empresas dos capitalistas, com redução máxima de despesas; já o trabalhador nessa lógica perversa, necessitando sobreviver com a sua família, busca outras “oportunidades” de trabalho.

Assim, permite cada vez mais que o trabalhador seja submetido a trabalhos degradantes, sem nenhuma seguridade trabalhista o cortador de cana torna-se móvel para o capital. Nas suas diversas moradias ele se torna um volante boia-fria (migrante sazonal/temporário, em período de safra ou colheita), que vive em contínuo deslocamento, enquanto necessário à reprodução do capital.

Referências

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos do ciclo curto do capital**, In: Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheiro e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, ed. 1ª, 2002.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Barbárie avança: vida útil dos boias-frias de SP se iguala à dos escravos**, In: CMI Brasil, 14/05/2007. Disponível em < <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/05/381863.shtml> >, acesso em 05/01/2010.